



REGIME DE INFORMAÇÃO: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA PARA A GESTÃO DA INFORMAÇÃO

*Edilene Maria da Silva – UFPB
Joana Coeli Ribeiro Garcia – UFPB
José Mauro Matheus Loureiro – UNIRIO*

A informação é elemento de reconhecida importância para indivíduos e organizações. Contudo, procedimentos e tecnologias nem sempre são, por aqueles, compreendidos e empregados com propriedade para lidar com os processos de geração, disseminação, análise, interpretação e uso da informação. Recorrentemente surgem problemas informacionais em qualquer etapa do fluxo e para identificá-los é preciso entender os contextos organizacional, cultural e político da produção e uso da informação. Para minimizá-los a gestão da informação se configura como indispensável à tomada de decisão de nível

estratégico e operacional, monitoramento e avaliação dos resultados organizacionais. Destaque-se que as instituições públicas enfrentam dificuldades em empregar metodologias e técnicas adequadas ao processo de gestão da informação, provocando reações morosas e inapropriadas às mudanças requeridas. Diante deste cenário, a pesquisa objetiva estudar a gestão da informação realizada no Pacto pela Vida - política de segurança pública implantada no Estado de Pernambuco - sob a perspectiva teórico-analítica do regime de informação com o propósito de entender o complexo de relações entre indivíduos, instituições, processos e contextos. Coerentemente utiliza enfoques de políticas de informação e reflexões sobre as relações de poder e informação para inferir que a compreensão e avaliação dos problemas informacionais passam não apenas pelo que está visível, mas principalmente pelo que está subjacente ao contexto mais amplo da política pública e das relações que o regime de informação explicita.

Palavras-chave: Política de informação. Regime de Informação. Gestão da informação pública. Segurança pública.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

A assertiva de que informação é um elemento de reconhecida importância é amplamente decantada entre indivíduos e organizações. Tais indivíduos deveriam compreender e empregar procedimentos e tecnologias apropriadas para lidar com os processos que envolvem a geração, disseminação, análise, interpretação e uso da informação em proveito das organizações. Enquanto pelo ângulo das organizações os processos podem ser aperfeiçoados e visualizados por meio de gestão adequada.

A gestão da informação compreende um conjunto de etapas que engloba a produção de dados/informação, tratamento - organização, representação, recuperação - análise, interpretação e uso. Recorrentemente os problemas informacionais surgem em qualquer etapa desse fluxo e para identificá-los é preciso entender os contextos organizacional, cultural e político da produção e uso e as necessidades do usuário - que pode atuar simultaneamente como consumidor e produtor dependendo do contexto - tendo em vista que somos muitos dentro de nós, e assumimos muitos papéis sociais.

Uma das funções da gestão da informação é fornecer embasamentos para a tomada de decisão de nível estratégico e operacional, contribuindo ao acompanhamento e monitoramento dos resultados organizacionais. Contudo, algumas organizações ainda não tratam suas

informações de forma a proporcionar uso eficiente e eficaz. As instituições públicas, por exemplo, enfrentam dificuldades em empregar métodos e técnicas adequados ao processo de gestão da informação e isso provoca reações morosas e inapropriadas às mudanças, haja vista os problemas enfrentados para atender os critérios da nova lei de acesso à informação. No entanto, há muito que as instituições públicas são cobradas no sentido de prestar serviços seguindo os princípios de eficiência, eficácia e efetividade.

Portanto, debater os aspectos teórico-metodológicos da gestão da informação na esfera de atuação dos serviços públicos é fundamental para compreender como a informação está sendo usada e tratada, para aferir e apresentar resultados de um plano de governo. O que se constitui no objeto desta pesquisa é entender como a administração pública é efetivada e em que contexto social o fenômeno se constitui como imprescindível.

Administração no âmbito público refere-se à gestão do negócio público, isso implica que ações (*police*) e os processos administrativos são perpassados por questões legais e, principalmente, políticas (*politics*). É importante o entendimento dos distintos significados da palavra política, que na língua inglesa é escrita de duas formas para evidenciar o emprego em diferentes contextos: *politics* compreende a atividade humana em prol dos recursos e da manutenção necessária do exercício do poder, enquanto *Police* relaciona-se às diretrizes para a ação.

Sendo assim, compreende-se política pública (*police*) como o conjunto de soluções proposto por atores governamentais e não governamentais para enfrentar problemas públicos que engloba as etapas de: identificação do problema, formulação de objetivos e metas, implementação, monitoramento e avaliação. A essas etapas dá-se o nome de ciclo de políticas públicas. Antes de adentrar na delimitação da temática, é necessário entender essa distinção, já que o objeto deste estudo também está relacionado à gestão de políticas públicas, isto é, a gestão da informação no monitoramento de resultados de políticas públicas do setor de segurança do Estado de Pernambuco.

O Brasil está vivendo um momento ímpar na sua história econômica, resultado da política federal adotada nos últimos dez anos, e alguns estados estão se destacando nesse cenário, a exemplo de Pernambuco, o qual está vivendo um momento de franca expansão com a implantação do complexo industrial logístico de Suape, a Refinaria de Abreu e Lima, o estabelecimento da montadora de automóveis Fiat, o Estaleiro Atlântico Sul e obras de infraestrutura como a construção da Ferrovia Transnordestina e a transposição do Rio São Francisco.

O crescimento econômico, evidenciado pelo Produto Interno Bruto (PIB) de Pernambuco, o qual cresce mais que o nacional desde 2007, é acompanhado de ações nos setores sociais como educação, saúde e segurança para a promoção do desenvolvimento econômico¹. Para viabilizar essas mudanças e monitorar as ações e os investimentos públicos, o governo do

Estado de Pernambuco adotou um novo modelo de gestão pública denominado “Todos por Pernambuco: gestão democrática e regionalizada com foco em resultados”. O modelo está baseado em instrumentos das teorias administrativas, já amplamente utilizados no setor privado, como o ciclo de PDCA (*plan, do, check, action*), *balanced scorecard* e gestão por resultados, associado ao ciclo de políticas públicas e ao uso de tecnologias.

O modelo de gestão “Todos por Pernambuco” estabelece os objetivos estratégicos no Mapa da Estratégia e o monitoramento destes objetivos é realizado regularmente pelas secretarias do governo. Como resultado desse monitoramento, é produzida uma quantidade volumosa de informações que precisam ser organizadas, representadas e disseminadas para os níveis estratégico, intermediário e operacional do governo.

O Pacto pela Vida teve início em 2007 devido à urgência de medidas para reduzir a quantidade de homicídios no Estado. Mas, o modelo de gestão foi implantado em 2008 e incorporou o PPV como um dos objetivos prioritários.

A delimitação, de cunho empírico, compreende a gestão da informação realizada pelo Núcleo de Gestão por Resultados (NGR) que subsidia a Secretaria de Defesa Social com a sistematização e organização dos dados recebidos das delegacias circunscricionais e especializadas. O NGR está vinculado a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de Pernambuco (SEPLAG) e atua nos processos de verificação, análise e interpretação de dados e informações relativas ao monitoramento dos objetivos estratégicos do setor de segurança pública propostos no Pacto pela Vida (PPV).

O PPV é um dos três pactos criados pelo governo para agrupar objetivos estratégicos, tendo como principal propósito prevenir a violência e reduzir a criminalidade. A escolha do setor segurança como objeto empírico deve-se ao destaque dado no modelo “Todos por Pernambuco”, pois foi o primeiro pacto a ser implantado como uma das áreas prioritárias do governo de Eduardo Campos, visto que Pernambuco era considerado o estado mais violento do país em 2006 e apresentava sérios problemas de gestão da atividade policial, dos presídios e dos processos encaminhados à justiça.

Some-se a isso o interesse em refletir, por meio dos constructos teóricos da Ciência da Informação, os diversos problemas relativos aos processos de coleta, análise e interpretação da informação, considerando os diversos canais por onde ela é transportada, as redes organizacionais, a variedade de produtores e consumidores envolvidos, as tecnologias empregadas e as regras (administrativas e políticas) que permeiam todo esse processo.

A reformulação do projeto estratégico do governo do Estado de Pernambuco com adoção de instrumentos da administração e do ciclo de políticas públicas proporcionou aos gestores

escolher estratégias para atuar de forma diferenciada no contexto social e usar a informação como recurso estratégico. Esse cenário se torna propício à realização de uma pesquisa sobre a gestão da informação considerando regimes de informação como uma perspectiva para observar, descrever e analisar essa realidade.

2 INFORMAÇÃO E SUAS DIVERSAS COMPREENSÕES

Os processos de produção, comunicação e uso da informação têm, por um lado, os produtores responsáveis pela organização e pelo conteúdo dos estoques informacionais, tanto de informações científicas quanto empresariais, e, por outro lado, as tecnologias de informação e comunicação com suas interfaces que tornam a informação visível e, por último, os usuários de informação, com suas necessidades e interesses diferenciados, bem como os contextos em que estão inseridos. Essas questões certamente condicionam a eficiência e a eficácia dos fluxos de informação e são discutidas e estudadas no âmbito da Ciência da informação, em especial, quando trata da gestão da informação.

O fluxo da informação, nessa perspectiva, compreende o fenômeno da informação entre seres humanos, em que converge uma fonte geradora ou um emissor de informação, um canal de transferência e um destinatário ou receptor de uma mensagem com um significado, em interação com o contexto social mais amplo em que ele opera. Nesse sentido, o fenômeno da informação é caracterizado como a adequação de um processo de comunicação que se efetiva entre o emissor e o receptor da mensagem, inserido em um contexto social.

Por outro lado, há o entendimento da informação sob a visão utilitarista, predominante no mundo dos negócios, como recurso que contribui para a produtividade e competitividade, é a informação útil e oportuna que serve para apoiar atividades operacionais e estratégicas e gerar conhecimento que por sua vez se transforme em valor tangível para as organizações. Em alguns momentos a informação é um recurso em outros significa mercadoria/produto final, dependendo do contexto social e da necessidade e/ou do objetivo do indivíduo.

Segundo Choo (2006), a utilização da informação estratégica colabora para três objetivos organizacionais: a criação de significado, a construção do conhecimento e a tomada de decisão. Para alcançar esses três objetivos a informação é retida, compilada, analisada, interpretada, partilhada e novamente reorganizada para geração de novos conhecimentos e tomada de decisão num processo contínuo.

Para Beal (2009), a simples ação de tornar as informações prontamente disponíveis para os integrantes de uma organização pode melhorar significativamente os resultados por ela almejados. Cotidianamente técnicos e gestores resolvem problemas, tomam decisões, controlam processos, compartilham informações e relacionam-se com outras pessoas, em todas essas situações o desempenho pode ser aperfeiçoado se as informações estiverem

presentes no momento oportuno e no local onde são necessárias. Discordamos parcialmente da autora quando se refere à relação disponibilização-uso direto, como se houvesse uma relação linear, pois o uso, mas não somente o uso, mas a percepção de que aquela informação é pertinente depende da cognição do sujeito, por exemplo.

Buckland (1991) apresenta três usos da informação: a) informação como processo, quando alguém é informado o que ele conhece é alterado, nesse sentido, informação é o ato de informar; b) informação como conhecimento, é aquilo que é conhecido ou comunicado; c) informação como coisa é atribuído para objetos. Buckland (1991) diz que é fundamental a distinção entre intangíveis (informação-como-processo e informação-como-conhecimento - entidade) e tangíveis (informação-como-coisa).

Ainda de acordo com Buckland (1991), a informação como conhecimento é intangível, ou seja, não se pode tocá-la ou medi-la, conhecimento é um atributo individual e subjetivo. Contudo, para comunicá-lo é preciso que esteja expresso, descrito e representado de alguma maneira física e qualquer descrição ou representação seria informação-como-coisa.

O entendimento de informação como processo e conhecimento também se constitui como uma das alternativas para compreender a informação no mundo das organizações, no qual a informação é usada para comunicar e alimentar processos e apoiar a tomada de decisão, embora se saiba que as mudanças no estado de conhecimento do indivíduo não acontecem direta e instantaneamente, pois dependem do contexto e da cognição do sujeito.

A informação-como-coisa nos leva a refletir a informação como algo que pode ser descrito, representado e transferido de um indivíduo a outro, de uma organização a outra. Esse processo de transferência situado num dado contexto social engloba diversas relações, por exemplo, poder e informação. Isso nos leva a algumas indagações: O indivíduo que controla a informação pode exercer poder sobre aqueles que dela precisam? O indivíduo que realiza os processos de análise e interpretação exerce poder sobre aquele que não realiza tais processos?

Essa relação entre poder e informação é evidenciada nos estudos de política de informação. Contudo, há uma corrente de autores que estão ampliando os estudos de política de informação por meio da adoção do conceito de regime de informação que permite estudar o exercício do poder sobre o controle da informação.

As diversas compreensões acerca do fenômeno informação coexistem e a adequação deste ou daquele conceito depende do contexto social que ora aceita a informação como recurso ora como bem público e ora como processo, para este estudo o fenômeno informação é compreendido como recurso (construído cultural e socialmente) que alimenta processos, e pode provocar mudança no estado de conhecimentos dos gestores públicos e que representa

poder para aqueles que têm as condições materiais, institucionais e cognitivas de analisá-las e interpretá-las.

Também compreendemos que o constructo teórico de Frohmann (2008) sobre a materialidade da informação é pertinente para entendermos como a informação ganha massa conforme ela é transferida de uma instituição a outra, e assim, contribui para revelar os aspectos sociais e políticos subjacentes ao processo de gestão da informação realizado no PPV.

3 REGIME DE INFORMAÇÃO

Frohmann (1995) entende que de alguma maneira, em alguns lugares, ações sem direção governamental, exercem suficiente poder e controle sobre os constituintes dos sistemas de informação, em que redes mais ou menos bem definidas, contudo, emergem e se estabilizam. Quando observamos os fluxos de informação que estão ao nosso redor como cultural, acadêmico, financeiro, industrial, ou seus híbridos, nós percebemos que eles têm específicas formas e estruturas. Então Frohmann (1995) denomina de regime de informação sistemas ou redes mais ou menos estabelecidas na qual a informação flui de produtores através de determinados canais, via estruturas organizacionais, para consumidores ou usuários.

Frohmann (1995) defende que um legítimo e premente objetivo da pesquisa em política de informação é a clara representação de regimes de informação: como eles se originam e se estabilizam; como eles determinam relações sociais e como formas de poder específicas são exercidas em e através deles. A descrição de um regime de informação significa mapear o processo agonístico que resulta da tentativa de estabilização de conflitos entre grupos sociais, interesses, discursos e de artefatos científicos e tecnológicos.

Baseado nos estudos da teoria ator-rede de Latour, Frohmann (1995) diz que os artefatos de uma rede são híbridos porque são simultaneamente reais, discursivos e sociais. Latour aponta que as propriedades atribuídas aos elementos sociais e naturais (e acrescenta elementos discursivos) são produtos das práticas de construção e manutenção da rede. Frohmann entende que as propriedades dos artefatos estão indisponíveis para explicações da construção da rede, mas que as linhas entre os aspectos naturais, sociais e discursivos são eles mesmos continuamente redesenhados em processos de construção da rede.

O objeto de estudo de políticas de informação torna-se os processos pelos quais os objetos e suas relações são construídas. Essa análise alarga o escopo dos estudos, porque inclui as relações conflitantes de poder que constituem um regime de informação.

Para González de Gómez e Chicanel (2008, p. 2) o conceito de regime de informação, como instrumento analítico, “visaria à reconstrução dos modos de produção de ações e práticas de

informação, ancoradas nas redes densas de relações culturais, sociais e econômicas e condicionadas pelas estruturações preferenciais das relações de poder.”

Estes autores denominam que “regime de informação constituiria o horizonte em que acontecem as ações de informação, ações que especificam e dão ancoragem espaço-temporal as interseções entre as dinâmicas sociais e as variações tecnológicas.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ; CHICANEL, 2008).

Enquanto González de Gómez avança seus estudos apoiados pela ideia de ação de informação que se caracterizariam pelas formas de integração social que se manifestam e se constituem nos usos sociais da linguagem - baseados na Teoria do agir comunicativo de Habermas. Frohmann avança suas pesquisas usando como sustento argumentativo a Teoria de ator-rede de Latour e as ideias de Foucault para as relações de poder e informação, e posteriormente ele utiliza a ideia de materialidade da informação a partir da materialização dos enunciados de Foucault. Frohmann (2008) discute os enunciados a partir de sua existência, como eles surgem, as regras de sua transformação, ampliação, as conexões entre enunciados, e seu desvanecimento até deixar de existir.

Perspectiva diversa das anteriores é trazida por Braman (2004, p.13) ao tratar a política de informação no contexto internacional, e a ideia de regime global emergente de política de informação que se configura como “uma heurística que ajuda a identificar tendências comuns em fenômenos e processos espalhados em arenas políticas tratadas historicamente e analiticamente de forma distinta”. A autora diz que o desenvolvimento da teoria de regime destaca a importância das comunidades epistêmicas, enfatiza a multiplicidade de processos formais e informais envolvidos, atentando para os parâmetros dentro dos quais as características do regime operam.

Braman (2004, p. 21) usa como argumento teórico para a construção da teoria do regime emergente global a conceituação de campo de Bourdieu e a teoria dos sistemas complexos adaptativos para compreender a política de informação no contexto internacional. Ela diz que a “teoria do regime foi a primeira abordagem que tornou possível estudar conflito e cooperação nas estruturas globais de poder dentro do mesmo quadro teórico”. A teoria de regime enfoca as relações entre os atores e isso traz os elementos discursivos, culturais e normativos à tona, por exemplo, bens e serviços resultantes de atividades informativas não aparecem de forma tangível, mas estão imersos em relações sociais.

A autora enfatiza a relação poder e informação e define o poder informacional como aquele que controla os comportamentos manipulando as bases informacionais de materiais, instituições e símbolos. Embora, Braman desenvolva a teoria de regime de política de informação para o contexto de relações internacionais, é possível aproximar algumas de suas

observações para o regime de política de informação no âmbito da administração pública, pois ela afirma que os regimes envolvem:

- governo (as instituições formais, regras e práticas historicamente baseadas em entidades geopolíticas);
- governança (as instituições formais e informais, normas, acordos e práticas de atores estatais e não-estatais, decisões e comportamentos dos que têm um efeito sobre a sociedade constitutiva); e
- governabilidade (o contexto cultural e social em que modos de governança surgem e são sustentados). (BRAMAN, 2004, p. 13).

Magnani e Pinheiro (2011) afirmam que embora o uso do termo “regime” receba críticas pela sua imprecisão, a Ciência da Informação tem apresentado trabalhos construídos teoricamente por referências aos conceitos de regime de informação. E apresentam três diferentes pesquisas “que utilizaram a abordagem do regime de informação como fundamento metodológico e que ilustram diferentes aplicações e interpretações desse conceito.” (MAGNANI, PINHEIRO, 2011, p. 603).

De acordo com as autoras as três pesquisas mostram diferentes aplicações do conceito de regime de informação cujos recortes determinam maior ou menor ênfase em alguns de seus elementos, evidenciados no quadro1.

Quadro 1: Aplicações diversas do conceito de regime de informação	Foco	Informação-poder-política
Silva (2007)	No contexto de um conflito político envolvendo grupos da sociedade e poder público em disputas pelo livre fluxo de informações.	Políticas de informação claramente voltadas para o controle como forma de exercício de poder. Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)
Delaia (2008)	Na identificação e análise dos componentes do regime: atores, dispositivos, artefatos e ações de informação.	Políticas de informação reconhecem a informação como uma força para a inovação. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Carvalho (2009)	Nos atores, suas características e nas diversas formas de interação entre eles.	Informação como recurso para resolver problemas específicos do arranjo produtivo local (APL)

Fonte: Magnani e Pinheiro (2011).

As três pesquisas têm em comum a identificação e análise dos elementos que constituem o regime e como isso resulta ou condiciona diferentes modos da configuração social, cultural e política nas organizações estudadas. E, as instituições têm constituição jurídica distinta e englobam temáticas e contextos informacionais também diversos, o que sugere tratamento da informação diferente em cada uma delas, já que a informação é utilizada ora para o exercício do controle, ora como subsídio para pesquisa ora como recurso estratégico organizacional. Tais pesquisas demonstram que os estudos de regime de informação contribuem para evidenciar o complexo de relações entre atores, instituições, processos e contextos. Em acordo com González de Gómez ao referir que (2012, p. 43) “um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem”.

O constructo teórico regime de informação “como um dos recursos interpretativos para abordar as relações entre política, informação e poder” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 50), é pertinente para observar, descrever e analisar as complexas e subjacentes relações e regras estabelecidas na gestão e na política de informação do Pacto pela Vida.

4 INFORMAÇÃO E OS PROCESSOS DE GESTÃO

Iniciamos a reflexão sobre gestão da informação sob o enfoque de Davenport (1998), por este ter uma visão holística das organizações, do contexto em que está inserida e do processo de gerenciamento de informações. Metaforicamente ele entende a ecologia como a ciência que compreende e administra todos os ambientes. Nomeia de ecologia da informação a compreensão do ambiente da informação em sua totalidade, ao considerar a cultura e comportamento organizacional, processos de trabalho, a política e, por fim, a tecnologia.

A contribuição da ecologia da informação reside no reconhecimento do ser humano como ponto central do mundo informacional e da tecnologia como área periférica. O autor apresenta quatro atributos-chave para a ecologia da informação: 1) integração dos diversos tipos de informação; 2) reconhecimento de mudanças evolutivas; 3) ênfase na observação e na descrição; 4) ênfase no comportamento pessoal e informacional (DAVENPORT, 1998). Esses atributos parecem óbvios para realizar o gerenciamento da informação, contudo, muitas organizações creem que o gerenciamento resume-se apenas à descrição de dados ou informações em sistemas eletrônicos para que todos que necessitem da informação a recuperem e usem eficientemente.

Choo (2006) apresenta uma visão acerca da teoria das organizações como comunidades geradoras de significado, empresas criadoras de conhecimento e sistemas de tomada de decisão. O autor entende a informação como componente intrínseco de quase tudo que uma organização faz e acrescenta:

[...] sem uma clara compreensão dos processos organizacionais e humanos pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação, as empresas não são capazes de perceber a importância de suas fontes e tecnologias de informação. (CHOO, 2006, p. 27).

Sordi (2008) corrobora com Choo (2006) ao entender que os processos da gestão da informação estão diretamente ligados à gestão do conhecimento organizacional. O autor destaca que até a década de 1990 o processamento de dados compreendia apenas três atividades: coletar, armazenar e distribuir. Após o movimento da reengenharia o processo informacional incorporou uma visão macro que se expande para a inclusão: da contextualização da informação conforme público-alvo; atividade praticada pela área de comunicação das organizações; adoção de diferentes formas de se organizar a informação prevendo diferentes formas e critérios para busca e seleção; atenção ao uso e absorção das informações pelos funcionários e como estes criam conhecimentos a partir dos já existentes.

Outra abordagem para a gestão da informação é apresentada por Oleto (2006) ao referir-se à qualidade da informação baseada na ideia de produto, quando é possível atribuir à informação dimensões ou atributos, tais como abrangência, acessibilidade, atualidade, confiabilidade, objetividade, precisão e validade. Atributos discutidos em Sordi (2008) e Paim, Nehmy e Guimarães (1996), demonstrando a estreita inter-relação entre eles.

As quatro abordagens evidenciam a compreensão do fenômeno informação como coisa – algo que é transferido, ganha valor e atributos que podem ser mensurados. Contudo, essa compreensão traz em seu bojo conceitos provenientes das teorias administrativas, sem negar sua importância, mas questionando seus limites referentes à informação entendida como recurso ou mercadoria que apenas evidencia “o aparente”, instigam outras e diversas reflexões sobre aspectos políticos, econômicos e sociais que estão subjacentes aos processos de gestão.

Alguns teóricos da ciência da informação contribuem para evidenciar estes aspectos, como por exemplo, Frohmann (2008) que reconstrói o conceito de informação pela ideia de materialidade da informação conjugada com os campos institucional, tecnológico, político, econômico e cultural que configuram as características sociais da informação.

Já os estudos na perspectiva de análise de domínio Hjørland e Albrechtsen, (1995) identificam a existência de diferentes entendimentos do que seja informação para grupos específicos de atores que se relacionam com a informação. Ao resgatar a ideia de intersubjetividade, tais estudos apontam para o caráter construído da informação e para o papel ativo dos sujeitos que atuam no âmbito dos sistemas de informação e além destes.

Juntos, tais estudos recuperam as dimensões material e cultural em que se efetivam os fluxos informacionais e representam um ressurgimento da dimensão pragmática, onde a informação existe num contexto concreto, específico, que precisa necessariamente ser contemplado nos estudos. Na perspectiva dos novos estudos a informação é entendida como processo – algo construído, essencialmente histórico e cultural, que só pode ser apreendido na perspectiva dos sujeitos que a produzem, disseminam e utilizam (ARAÚJO, 2009).

A informação gerada pelo monitoramento do Pacto pela Vida só pode ser compreendida na perspectiva dos sujeitos que a produzem, agenciam, disseminam e utilizam, desde que, eles tenham as condições cognitivas, materiais e institucionais necessárias e adequadas para efetuarem tais processos.

5 REGIME DE INFORMAÇÃO E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO DO PPV

Sendo assim, a análise da gestão da informação realizada no PPV envolve as teorias administrativas que contribuem para o entendimento de métodos e técnicas de gestão, e inclui também as reflexões da ciência da informação sobre as relações de poder e informação por meio da perspectiva de regime de informação. O regime configura e é configurado pelas regras, instituições, e relações sobre o que é produzido, disseminado e utilizado.

O PPV é uma política pública de segurança, transversal e integrada, construída de forma pactuada com a sociedade, em articulação permanente com o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Assembléia Legislativa, os municípios e a União. O PPV diferencia-se das políticas anteriores marcadas por ações desarticuladas, destinadas à resolução de problemas pontuais, e inaugura uma nova forma de combate à criminalidade. O pacto persegue o objetivo de alcançar a redução da criminalidade e da insegurança pública em Pernambuco, com ênfase nos crimes contra a vida (PERNAMBUCO, 2012).

O monitoramento da política de segurança pública do estado é realizado pelo Comitê Estadual de Governança do Pacto pela Vida. É a instância governamental formada pelas secretarias do Estado e pelos órgãos envolvidos na execução das ações do Pacto, sob a gestão do Secretário de Planejamento e Gestão. São objetivos do Comitê: acompanhar, monitorar, definir prioridades e revisar o Pacto pela Vida.

Para o monitoramento foram escolhidos dois indicadores de resultado: Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), incluindo homicídio doloso, lesão corporal e roubo seguido de morte; e Crimes Violentos contra Patrimônio (CVP), composto por roubo a ônibus, a casa comercial, a residência, a transeunte e a veículo, além de extorsão mediante sequestro. E para acompanhar

estes resultados foram criados os indicadores de produtividade, como por exemplo, o monitoramento da quantidade de armas e drogas que estão sendo recolhidas em ação policial.

Os gestores estratégicos – governador e secretários - entendem que se houver redução de armas e drogas circulando nas ruas contribuirá para a diminuição de CVLI. Por conseguinte, todos os indicadores foram elaborados para permitir o monitoramento de atividades policiais que contribuem para reduzir os índices de CVLI e CVP.

Estes indicadores foram escolhidos devido a um diagnóstico realizado em 2006, o qual apontava os problemas na área de segurança pública. Isso implica que os dados que são coletados foram pré-determinados pelo tipo de informação que alimentaria o monitoramento dos objetivos estratégicos do PPV. Este tipo de escolha aparentemente técnica é permeada por interesses políticos que condiciona e é condicionado pelo regime de informação.

O fluxo informacional é complexo e a disseminação da informação serve tanto para o próprio Estado, para a sociedade e para os órgãos federais de monitoramento de estatísticas de segurança pública. Isso implica em conhecer as diversas origens/fontes das informações, os procedimentos de processamento e sistematização, os sistemas/software utilizados, como e para quem é realizado o repasse da informação, e quais os objetivos que norteiam o processo informacional.

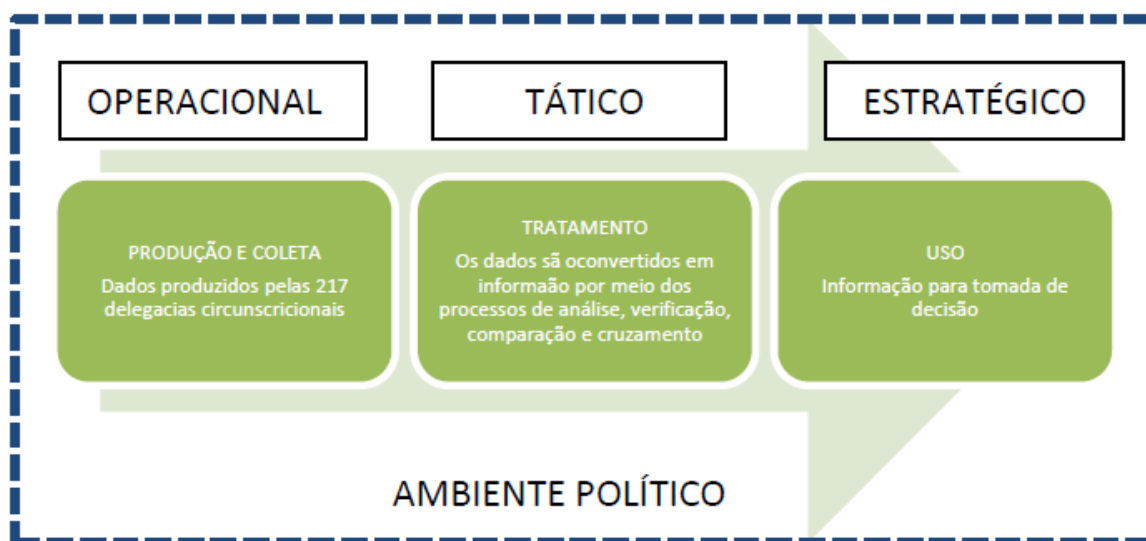
A produção e coleta dos dados utilizados para o monitoramento iniciam-se nas delegacias circunscricionais, as quais atendem a população, fazem investigação, instauram inquéritos e registram ocorrências no sistema Infopol4, o qual gera o Boletim de Ocorrência (BO) – documento oficial da polícia civil. Estes dados são planilhados e repassados para as delegacias seccionais, responsável pela conferência, que depois os encaminha para: o NGR, a Gerência de Análise Criminal e Estatística (GACE), Diretoria Integrada Metropolitana (DIM), Unidade de Estatística Criminal (UNESTAC) e demais setores de estatística da polícia civil. Estes setores do nível tático são responsáveis pela conversão dos dados em informação, por meio dos processos de comparação, cruzamento, análise e interpretação.

O dado e a informação necessários ao monitoramento são determinados pelos objetivos estratégicos e indicadores de resultados do PPV, que podem ser alterados ou acrescidos por demandas que ocorrem ao longo do ano. Após a conversão a informação é repassada aos gestores de nível estratégico da polícia militar, civil, secretários de segurança e planejamento, ao judiciário e governador e são objeto da reunião de monitoramento realizada semanalmente. O fluxo informacional tem direção do nível operacional ao estratégico e apresenta problemas “aparentes” referentes à coleta de dados, tecnologias empregadas, normas e regras,

qualificação e comprometimento dos indivíduos, que ora são limitados pelas condições cognitivas ora pelas condições materiais das instituições (Figura 1).

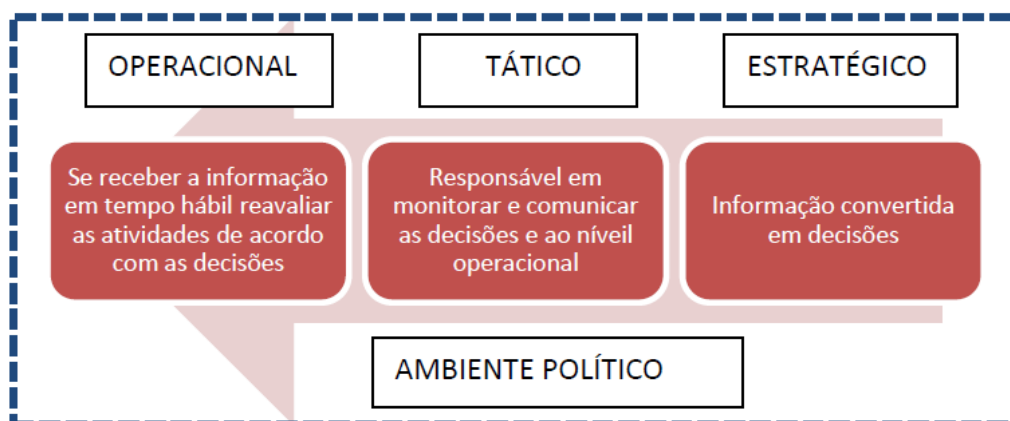
Se o dado for compilado de forma errada ou equivocada na fonte (delegacias circunscricionais), pode seguir assim até o destino final do fluxo, se não houver indivíduos/órgãos que façam a conferência e verificação. É um percurso longo, no qual a informação pode se perder ou sofrer distorções devido à quantidade de pessoas que a manipula em processos de cruzamento, comparações, separações e transformação do formato excell (xls) para o formato final PowerPoint utilizado na apresentação da reunião semanal de monitoramento, e posterior transferência para diversos órgãos da Secretaria de Defesa Social (SDS) demais secretarias envolvidas, imprensa e outros.

Figura 1: Fluxo do nível operacional ao estratégico



Quando se trata do fluxo do nível estratégico para o operacional, visualizamos que neste momento há informação, e não mais dados desagregados, convertida em decisões. Contudo, a forma como a informação/decisão é repassada ou devolvida ao nível operacional também apresenta problemas de ordem técnica, tecnológica, administrativa e política (Figura 2). O fluxo informacional operacional-estratégico-operacional contém elementos discursivos, culturais e normativos evidenciados por meio das práticas informacionais, que a seu turno revelam a relação informação-poder no ambiente político.

Figura 2: Fluxo informacional do nível estratégico ao operacional



Para identificar o regime de informação do PPV a pesquisa prosseguirá aprofundando o estudo para compreender o fluxo informacional, bem como as fontes de informação, os atores e instituições, a geração dos dados, a atribuição de valor e sentido aos dados, ou seja, as unidades de análises (quantitativas e qualitativas) que possam gerar informações que se apresentam, em sua expressiva maioria, inter-relacionadas, condição que requer seleção, organização e representação adequadas para operarem como recurso de gestão.

Em uma análise relativa ao fluxo informacional, técnicos da SEPLAG apontaram os seguintes problemas:

- a) ruídos na comunicação de informações nos níveis estratégico, intermediário e operacional;
- b) a comunicação está estruturada em fluxos horizontais, diagonais e verticais e em todos os sentidos: ascendente, descendente e lateral, observando-se ruídos em qualquer parte do fluxo;
- c) O fluxo de informação é muito importante para o alcance dos resultados, contudo, sua inadequação provoca prejuízos no alcance de metas estipuladas no modelo de gestão.

Ao se estudar fluxo de informação, consideram-se elementos intervenientes de diversas ordens. No caso do PPV isto não seria diverso. Ao identificá-los os técnicos se empenham em encontrar soluções técnico-tecnológicas, sem perceber que existem além destas as condições culturais e o contexto político que condicionam o que é informação e ao mesmo tempo são por ela condicionados.

6 CONCLUSÃO PRELIMINAR

Os modelos de gestão da informação encontrados na literatura privilegiam o ambiente corporativo – empresas – e apontam variáveis como comportamento do indivíduo, cultura e política organizacional e tecnologias como elementos que interferem no fluxo da informação.

A pesquisa apresenta a suposição de que no contexto da gestão pública essas variáveis são explicitadas e em alguma medida compreendidas pelos indivíduos, mas existem elementos subjacentes, tais como o próprio contexto político que interfere no fluxo informacional. Então a compreensão e avaliação dos problemas informacionais passam não somente pelo que está visível, mas principalmente pelo que está subjacente ao contexto mais amplo da política, e das relações entre os atores e os elementos discursivos, culturais e normativos.

Claro está, pela abordagem realizada, que a intenção estabelecida para o PPV é a melhor possível, e que as condições estruturais, materiais, humanas e informacionais estão, em certa medida, sendo fornecidas. Há indícios de que o controle da informação é uma forma de exercício de poder. Isto a conclusão da pesquisa confirmará ou não.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. Correntes teóricas da ciência da informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 38, n. 3, p. 192-204, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/1719/1347>>. Acesso em: 5 jul. 2012.
- BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.
- BRAMAN, S. The Emergent Global Information Policy Regime. In: BRAMAN, S. **The Emergent Global Information Policy Regime**. New York: Palgrave Macmillan, 2004
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*. v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.
- CARVALHO, A. A. **Conformação de um Regime de Informação**: a experiência do arranjo produtivo local de eletrônica de Santa Rita do Sapucaí – Minas Gerais. 2009. 248 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- CHOO, Chun Wei. **Organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2006.
- DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 4. ed. São Paulo: Futura, 1998.
- DELAIA, C. **Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa Solos – à luz do regime de informação**. 138 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso**

e disseminação da informação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008. p. 19-34.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science applying the actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE. 23., Edmonton, Alberta, 1995. Disponível em: <http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann.html>. Acesso em: 30 abr. 2013

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N., CHICANEL, M. As mudanças de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENANCIB, 9., **Anais...** São Paulo, 2008.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.: Est.** João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.

HJØRLAND, B.; ALBRECHTSEN, H. Toward a new horizon in information science: domain-analysis. **Journal of the American Society for Information Science**, Washington, v. 46, n. 6, p. 400-425, jul. 1995. Disponível em: <[http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/\(SICI\)1097-4571\(199507\)46:6%3C400::AID-ASI2%3E3.0.CO;2-Y/pdf](http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/(SICI)1097-4571(199507)46:6%3C400::AID-ASI2%3E3.0.CO;2-Y/pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2011.

OLETO, R. R. Percepção da qualidade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 57-62, jan./abr. 2006.

MAGNANI, M. C. B.; PINHEIRO, M. M. K. “Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 593 – 610, out. 2011.

PAIM I.; NEHMY, R. M. Q.; GUIMARÃES, C. G. Problematização do conceito “qualidade” da informação. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1. n. 1, p. 111-110, jan./jun. 1996.

SILVA, S. L. **Construindo o direito de acesso aos arquivos da repressão:** o caso do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais. 253 f. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

SORDI, J. O. **Administração da informação:** fundamentos e práticas para uma nova gestão do conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2008.